

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/08/2023 a 31/08/2023

Indexação: "Reforma Administrativa" or "PEC 32/2020"

Documento 1/2

125.2023	Sessão Ordinária - CD	02/08/2023-16:36
Publ.: DCD - 8/3/2023 -	Adriana Ventura-NOVO -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa da realização de ampla reforma administrativa. Percepção de elevados vencimentos por magistrados brasileiros.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Caros colegas, nós temos discutido muito reforma tributária, principalmente depois da sua aprovação semana passada da forma como foi. Entretanto, eu acho que nós não podemos perder de vista que a carga tributária de um país depende do tamanho do seu Estado. Quando nós falamos de tamanho de Estado, estamos falando de reforma administrativa.

Fiquei muito feliz, porque ouvi um pronunciamento do Presidente Arthur Lira informando que a próxima reforma será a administrativa, que ela já está pronta. Eu estou muito feliz. Participei de um evento do Instituto Unidos Brasil, no qual eles encampam essa ideia, já estão pedindo apoio. Realmente nós temos que discutir.

Eu estou com duas reportagens aqui na minha mão que chocam, eu só quero ilustrar. Uma fala que a questão de o Estado brasileiro estar inchado é um mito. Não, não é mito, porque aqui traz alguns números de servidores, compara o número de servidores com alguns países, informa que o Brasil tem mais ou menos o percentual de servidores de México e Chile, diferentemente da Dinamarca e Suécia, que têm 30%.

Agora a questão é: vamos ver que tipo de serviço de saúde e educação para o cidadão têm a Dinamarca e a Suécia e que tipo de serviço tem o Brasil.

Se nós olhamos a relação com o PIB, veremos que o Brasil gasta 13% do PIB com servidores, enquanto esses países com os quais houve essa comparação,

México e Chile, gastam 6% do PIB.

Nós temos que pensar no que podemos fazer para melhorar a entrega de serviços para a nossa população, porque nós gastamos muito, gastamos mal e gastamos com privilégios.

A outra notícia que eu tenho aqui na mão — e os senhores vão ficar realmente muito indignados — fala dos valores que juízes de direito e desembargadores receberam no contracheque do mês de abril de 2023. E são valores líquidos. A notícia elenca muitos juízes e muitos desembargadores com valores líquidos de mais de meio milhão de reais cada um — valores líquidos!

Então, nós precisamos discutir uma reforma administrativa, sim, mas não essa que estava sendo discutida aqui. Precisamos discutir uma reforma administrativa que envolva os três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, porque temos o Judiciário mais caro do mundo! O nosso Judiciário custa 1,3% do PIB. Isso é uma vergonha! E isso vai para gastos com luxos e privilégios, sendo que os outros países gastam 0,2%, 0,3% do PIB com o Judiciário.

Esta Casa precisa se debruçar, sim, sobre uma reforma administrativa de maneira responsável, para nós acabarmos com castas, para nós acabarmos com privilégios, enquanto a população não tem serviços de saúde, não tem serviços de educação e paga essa conta.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 2/2

134.2023

Sessão Ordinária - CD

09/08/2023-16:32

Publ.: DCD - 8/10/2023 - Paulão-PT -AL

BREVES COMUNICAÇÕES
BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apelo ao Ministério das Relações Exteriores de busca de solução para o caso dos brasileiros retidos no Aeroporto de Lisboa, em Portugal. Apoio à mobilização de profissionais da educação em defesa do pagamento do piso salarial e contra a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Apelo ao Governador do Estado de Alagoas, Paulo Dantas, de atendimento à pauta do setor educacional.

O SR. PAULÃO (Bloco/PT - AL. Sem revisão do orador.) - Presidente Gilberto Nascimento, quero, primeiro, parabenizá-lo pelo comando desta Casa.

Como V.Exa. também é um homem de fé, quero dizer-lhe que ontem e hoje eu tive a oportunidade de falar com a Irmã Míriam, beneditina da cidade de Arapiraca, que estava participando da Jornada Mundial da Juventude, em Lisboa.

Ontem, ela e mais 10 pessoas de Alagoas conseguiram despachar as malas — nessa situação, há quase 30 pessoas —, passar pela imigração, e, na hora do embarque na TAP, faltando um minuto, não puderam ingressar na aeronave. Desde ontem, as suas malas foram despachadas, o que não é um procedimento normal — nós sabemos que, na hora em que se despacha a mala e não se embarca, a tendência da empresa é devolver a mala.

Essas pessoas estão no aeroporto somente com a roupa do corpo — não conseguiram trocar de indumentária —, sem proteção. Elas fizeram contato com a TAP, que não quer equacionar a situação, o que é muito grave, porque é uma empresa pública. Fizeram contato com a embaixada em Portugal, mas também está havendo muita burocracia.

Essa situação envolve peregrinos religiosos da Bahia, Pernambuco, Sergipe, Paraíba e Alagoas, Deputado Nogueira. É muito grave.

Eu faço um apelo ao Itamaraty, para que tenha sensibilidade e equacione esse erro grave, até porque quem conhece o aeroporto de Lisboa sabe o seu tamanho, e, além disso, essas pessoas não têm costume de fazer voos internacionais.

Passo ao segundo registro, Sr. Presidente.

Eu estava agora na frente do Anexo 2, solidarizando-me com os profissionais de educação que fizeram uma mobilização em frente ao MEC, trazendo uma pauta importante, que é o piso, para que os Prefeitos e os Governadores o respeitem; e o FUNDEB, que nós aprovamos nesta Casa, já discutindo a negativa da PEC 32, da reforma administrativa, de forma açodada, que quer criminalizar os servidores públicos.

Nossa solidariedade a todos os profissionais de educação.

Peço também, mais uma vez, que o Governador Paulo Dantas, do MDB, em quem eu votei, que o PT apoiou, consiga, com sua sensibilidade, equacionar a pauta da educação, que já tem inclusive greve determinada. Eu acredito que, com a sua entrada na mesa de negociação, é possível equacionar a questão, até porque nós temos como parâmetro o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, que tiveram reajustes substantivos, e a importância de remunerar com dignidade um dos profissionais mais importantes do Brasil, que são os trabalhadores da educação.

Muito obrigado.

